00630/86

Dia

3

4 5 6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

SECTOR DE RECORTES DE IMPRENSA

PATRIMONIO CULTURAL/EDIPICIO ESCOLAR

Em obras não autorizadas pela Câmara

Instituto Politécnico de Setúbel destrói mansarda pombalina

O único telhado amansardado da época pombalina existente na cidade de Setúbal foi arrasado com o aval do Instituto Politécnico de Setúbal, em demolição não autorizada pela Câmara.

Obras de beneficiação e adaptação, que ainda prosseguem, foram realizadas no Pa-lácio Fryxell (Miradouro), em Setúbal, com vista à instalação da sede do Instituto Politécnico daquela cidade.

O torreão pascente do imóvel, apresentava uma mansarda da época pombalina, exem-plar único em toda a cidade, cuja demolição não estava prevista no projecto entregue na Câmara, após insistência desta junto do IPS. Com efeito, em meados do

ano passado, a vereação foi

contactada por aquele orga-nismo, tendo tomado conhecimento da disposição de reala lizar obras de beneficiação no edifício. Na ocasião, foi comunicado à comissão instaladora do IPS, de que teria de apresentar um projecto à autarquia

ara aprovação. Isso foi feito, mas não cons tava nele qualquer referência à demolição que se viria depois a consumar.

Habitantes da cidade do Sado alertariam a Câmara em neados de junho para a demo-ição. O caso foi analisado em

reunião da Comissão Municipal do Património de Setúbal, tendo aí sido elaborado um documento, enviado à comissão instaladora do IPS, em que se «aconselhava» a «reconstituição das águas-furta-das, colocando-se à disposição para a colaboração necessária nessa matéria»

A réplica do IPS não se fez esperar, e foi áspera e deselegante: fazendo seu um documento elaborado pela emprea responsável pela execução das ol ras, a comissão instala-dora do instituto Politécnico de Setúbal, contestava o ca-rácter «histórico» do edifício, que remontaria ao século XIX, desprovido pois da im-portância arquitectónica que a autarquia lhe pretendia dar.

Além disso, acusava-se autarquia de clamar por «uma preservação do património arquitectónico sem os critérios críticos e sem o rigor que o estudo e a reflexão, «a montante» do acto público e político de denúncia «cultural», de-vem sempre aconselhar».

Ao «arrivismo cultural» com que o IPS brindou a Comissão Municipal do Patrimó-nio de Setúbal, esta limitou-se mo de Setúbal, esta limitou-se a contrapor uma mais elaborada defesa da sua tese: a mansa da do Palacio Fryxell é un
exemplar único la arquitectura da época pombalina, e nao
um postiço da silhueta primitiva do ediffico.

Mas, para lá do carácter admisivelmente polémico desta
avaliação, o que importa, na

óptica daquela comissão, é o facto do IPS ter metido mãos à obra sem ouvir a Câmara, que nos termos legais tem o direito de velar pela «salvaguar-da do património construído do concelho».

Por tudo isto, a Comissão

Municipal do Património de Setúbal decidio denunciar publicamente a situação, contes-tar a «argumentação invocada e reforçar a exigência de repo-sição do telhado amansardado demolido».

Segundo pudeémos apurar, a reconstrução da parte demo-lida nem sequer constitui uma operação complexa ou onerosa, devendo custar, segundo dois elementos daquela comissão, poucas centenas de con-

Equipo mento. Instalações